

**XI SILUBESA*****Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental***

28/03 a 02/04/2004 - Natal - Rio Grande do Norte - Brasil

VI-006 - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PRO-INFRA**Jane Eyre G. Vieira (CAIXA) ⁽¹⁾**

Assistente Social, Especialista em Planejamento Urbano e Ambiental pela Universidade Católica de Goiás, Doutoranda em Ciências Ambientais na Universidade Federal de Goiás, Analista Técnica Social da Caixa Econômica Federal na Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Goiás e Gerente Administrativa da ONG Moradia e Cidadania/GO.

Omar Borges do Prado Filho (CAIXA) ⁽²⁾

Engenheiro, Especialista em Engenharia Sanitária pela COPPE/UFRJ e em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Goiás, Gerente de Filial Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal em Goiás.

Endereço⁽¹⁾: Av. T-01, nº 2.488, Setor Bueno, Goiânia-GO, CEP 74.215-100 Fone: (62) – 285-2512; 216-1641



: jane.vieira@caixa.gov.br e jane.vieira@g8net.com.br

Endereço⁽²⁾: Rua 11, nº 250, 12 ° andar, GIDUR/GO, Fone: (62)216-1616



: omar.filho@caixa.gov.br

RESUMO

O Projeto Social previsto no Programa de Infra Estrutura Urbana - Pro-Infra, do Ministério das Cidades poderá proporcionar um espaço de implementação da Educação Ambiental junto à população beneficiária do Programa, promovendo resultados efetivos alinhadas à Agenda 21 do Município.

A Caixa Econômica Federal, contratada pelo Governo Federal como agente repassador de recursos financeiros para execução do Pro-Infra e acompanhamento técnico das intervenções junto às administrações públicas, tem buscado atuar como parceira na condução dos Projetos.

Para trabalhar a Educação Ambiental é imprescindível considerar que ela faz parte de metas incorporadas nas Políticas Nacionais de Meio Ambiente e nas Políticas de Educação.

O Projeto Social, a Educação Ambiental, as estratégias de sua implementação e os resultados efetivos alcançados é o assunto em foco, ilustrado por uma prática desenvolvida na cidade de Goiânia, vinculada ao Pro-Infra.

Nesta experiência, incentivamos um trabalho envolvendo diversos parceiros com a entidade municipal, o Departamento de Estradas de Rodagem do Município de Goiânia, executor da construção de uma Avenida ao longo de uma área contígua ao centro da capital.

As ações desenvolvidas subsidiam a implantação das Agendas 21 em 30 escolas do entorno da obra, fruto da capacitação de aproximadamente 1000 profissionais, em sua maioria educadores, como reeditores da Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Desenvolvimento Urbano, cidadania, agenda 21.

INTRODUÇÃO

No Brasil, nos últimos quatro anos, práticas de Educação Ambiental vêm sendo desenvolvidas como parte de projetos sociais vinculados aos Programas de Desenvolvimento Urbano.

A inclusão da Educação Ambiental, dentre as ações inerentes ao trabalho de participação comunitária junto ao público alvo dos referidos Programas, advém das orientações contidas em acordos internacionais, onde o Brasil é signatário, iniciadas com maior ênfase na Conferência de Tbilisi, 1977 (MMA, 2002 a) promovida pela UNESCO/PNUMA – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, evoluindo nos anos subseqüentes.

Na década de 90 essas orientações começaram a ter o caráter de exigibilidade nos Programas geridos por organismos internacionais que financiam o desenvolvimento urbano nos países de terceiro mundo e foram incorporadas, posteriormente, nas instruções dos Programas com recursos internos no país.

Destacamos uma prática, no âmbito de nossa atuação no âmbito da Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal - CAIXA, em Goiás, enquanto responsáveis pela orientação, análise, acompanhamento e avaliação dos projetos, nos aspectos de engenharia e de trabalho social, este com ênfase na participação comunitária nos Programas. Tais projetos são elaborados e implementados pelos agentes promotores/executores desses Programas, ou seja, Prefeituras, Estados, Distrito Federal ou seus intervenientes executores.

A CAIXA é contratada pelo governo federal como agente repassador de recursos financeiros onerosos e não onerosos para a aplicação nos PDU's e acompanhamento técnico das intervenções junto às administrações públicas.

Os PDU's contemplam intervenções de diferentes áreas como a Infra Estrutura Urbana, Saneamento Básico, Moradia e Gestão Urbana. Caracterizam-se enquanto ações de urbanização, re-urbanização e de recuperação ambiental nas cidades, tendo a população de baixa renda como a maior beneficiária.

O Projeto Social, a Educação Ambiental, as estratégias de sua implementação e os resultados efetivos alcançados é o assunto em foco, ilustrado por uma prática desenvolvida na cidade de Goiânia, vinculada ao Pro-Infra – Programa de Infra-estrutura Urbana.

Este Programa tem seus recursos originários do OGU – Orçamento Geral da União, não onerosos para o Estado ou Município. Por ser "uma peça eminentemente política" (Prado Filho, 2002) os recursos provenientes do Orçamento da União nem sempre coadunam com o que se pode chamar de uma Política de Desenvolvimento Urbano, pelos critérios políticos que ditam a distribuição desses recursos.

No Pro-Infra, fazem parte das intervenções, ações de desenvolvimento sócio - comunitário norteadas pelo Projeto Técnico de Trabalho Social - PTS, onde comumente são previstas, entre outras, ações de Educação Ambiental junto ao público alvo do Programa.

Neste contexto ganha importância o Projeto Técnico de Trabalho Social, uma vez que ele baseia-se em ações que envolvem diretamente a população beneficiária desses recursos.

Nesta experiência, incentivamos um trabalho envolvendo diversos parceiros com a entidade municipal, o Departamento de Estradas de Rodagem do Município de Goiânia, executor da construção de uma Avenida ao longo de uma área contígua ao centro da capital.

BASES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PRO-INFRA, NA CAPITAL DO ESTADO DE GOIÁS - GOIÂNIA/GO

A metodologia que utilizamos no planejamento das práticas desenvolvidas tem como premissa a integração das Políticas Públicas de Desenvolvimento Urbano com as de Meio Ambiente e Educação. Assim, incentivamos a articulação dos contatos, reuniões e encaminhamentos para um trabalho em parceria, envolvendo a autarquia executora da obra, por meio de sua equipe de assistentes sociais, responsáveis técnicas pelo projeto, com as Secretarias de Educação Estadual e Municipal, dentre outros parceiros.

Metodologicamente, o Projeto de Educação Ambiental pode conter as abordagens previstas no Projeto Técnico Social, vislumbrando a inserção do homem no meio onde vive de forma consciente e capaz de desempenhar um papel propositivo, por meio da sua participação na gestão ambiental, das questões que lhes dizem respeito, no plano individual e coletivo, consolidando seu pleno exercício de cidadania. Segundo Jacobi:

"A educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas

formas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação"(JACOBI, 2001).

Estrategicamente, ao desenvolver um Projeto de Educação Ambiental junto a qualquer segmento da população, é importante observar uma das recomendações da Conferência de Tbilisi (MMA, 2002), a qual orienta que a Educação Ambiental deve suscitar uma vinculação estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas concretos que se impõem à comunidade.

Em sendo os segmentos da população atores ligados aos Programas em questão é interessante observar, além dos problemas identificados nas discussões nesses espaços criados para o Projeto Ambiental, as potencialidades e as alternativas para solução das questões levantadas. Esse debate será profícuo se pautado na racionalidade ambiental (Leff, 2001), podendo as propostas resultantes dos processos de reflexão participativa, virem a subsidiar decisões de novas intervenções e suscitarem aportes de mais recursos para as Políticas Públicas de Desenvolvimento Urbano.

Nesta abordagem, Medina lançou luz a essa recomendação ao apresentar uma metodologia participativa de formação de recursos humanos, o método PROPACC – Proposta de Participação-Ação para a Construção do Conhecimento, elaborada com bases epistemológicas do "construtivismo". Esta metodologia consiste na formação de multiplicadores em Educação Ambiental, formal e não formal. Possui caráter flexível que permite múltiplas adaptações aos diferentes públicos e objetivos, e propõe uma "aprendizagem significativa".

"Uma aprendizagem significativa se produz quando existe uma relação substancial, e não arbitrária, entre os novos conhecimentos e o que o aluno já sabe; concebe a aprendizagem como um processo de construção de significados, o que implica que o novo material adquira significado para o sujeito a partir de sua relação com conhecimentos anteriores" (MININNI-MEDINA, 2001).

Para trabalhar a Educação Ambiental é imprescindível considerar que ela faz parte de metas incorporadas nas Políticas Nacionais de Meio Ambiente e nas Políticas de Educação. A junção destas políticas com as de Desenvolvimento Urbano torna-se uma estratégia para a otimização dos resultados e a maximização dos recursos investidos no alcance dos objetivos comuns.

A consecução da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795/997, a metodologia orientada na Rio-92 e os documentos subsequentes para a implantação da Agenda 218, a Lei de Diretrizes e Bases, que orienta a criação dos PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais (Min. Educação, 2002 a), são instrumentos para nortear as ações a serem empreendidas de forma participativa, junto à população referida. Ações que deverão se dar de forma integrada, vislumbrando resultados duradouros, que venham a contribuir na formação de cidadãos responsáveis e participantes, sensibilizados para as questões ambientais e capazes de concorrer para a construção de cidades sustentáveis.

A utilização de canais plurais junto à população para o desenvolvimento das ações sócio educativas num Projeto de Educação Ambiental, nos PDU's, também se configura como estratégia que favorecem resultados positivos concretos. Neste sentido, a escola passa a ser uma parceira ideal, considerada enquanto espaço plural, educativo, propenso para se realizar um trabalho que vise a cooperação junto ao professor na sua formação enquanto multiplicador/re-editor de conteúdos vinculados à temática ambiental e na formação do aluno que, por sua vez, também desempenha um papel de multiplicador junto à família e comunidade em geral.

Segundo Medina, a escola é uma agência social privilegiada na promoção de novos valores éticos que desejamos tornar vigentes (Mininni-Medina, 2001). Na escola há a possibilidade de pensar a cidade localmente, ou seja, o bairro e a sua comunidade e a própria escola, compartilhando espaços onde a pluralidade e o debate ético estão presentes baseados em valores como a responsabilidade, a cooperação, a solidariedade e o respeito pela vida.

A capacitação para a formação de multiplicadores em Educação Ambiental poderá ser direcionada a outros grupos, especialmente para aqueles que têm sua atuação voltada para um público definido. Este é o caso de lideranças comunitárias, agentes de saúde, políticos, representantes de entidades, tendo todos um público alvo para repassarem conteúdos, valores e atitudes adquiridas, ou sua atuação tenha incidência direta ou indiretamente na tomada de decisões.

O Projeto da via Leste – Oeste

Trata-se de um empreendimento que tem como objeto a construção de uma avenida, que corta a capital goiana de leste a oeste, cuja consecução depende de uma gama complexa de ações, além da obra física de engenharia por si. A localização da obra compreende, em sua grande extensão, a área remanescente de uma antiga ferrovia, que atualmente encontra-se inserida na malha urbana, atravessando bairros comerciais e residenciais tendo o centro da cidade como limítrofe.

O leito da ferrovia abandonada foi ocupado, praticamente em toda a sua extensão, por famílias de baixa renda que ali se fixaram, algumas há mais de 20 anos, tendo toda a sua vida estabelecida neste espaço e entorno, como a sua atividade econômica (a maioria no mercado informal ou prestação de serviços), utilizando a infra-estrutura e os equipamentos comunitários da região.

Esse empreendimento possui um leque de beneficiários sobrepostos, que vão desde a população da região metropolitana, aqueles que utilizarão a via expressa, quer pelo uso do transporte coletivo, ou pela locomoção em seus próprios veículos; a população do entorno, proprietárias de moradias de padrão simples, porém consolidada há mais de 30 anos, que a utilizarão para seu deslocamento e terão seus imóveis valorizados; pequenos comerciantes de produtos populares do vestuário, da área de maior densidade de confecções da capital, que se estendem por outra avenida perpendicular, cuja obra lhe facilitará o acesso; e, finalmente, os moradores do leito da avenida, onde parcela já estão sendo removidas para unidades habitacionais construídas pelo poder público por meio de outro Projetos co-localizados, contando tanto com recursos onerosos da União, Programa Habitar BID, com recursos do OGU e recursos municipais e estaduais.

Nesta experiência, orientamos enquanto ação junto à comunidade beneficiária, via Projeto Social previsto no Programa, a elaboração e execução de um Projeto de Educação Ambiental compreendendo a Educação para o Trânsito, pela característica do empreendimento pressupor a necessidade de orientações nesta temática.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Este Projeto de Educação Ambiental, ainda em andamento, compreende diversas ações estruturais, já contabilizados resultados concretos tais como:

- Realização de um Curso de Capacitação de Educação Ambiental "Educar para a Sustentabilidade", com 80 horas teóricas e práticas, direcionado aos professores, formando 90 profissionais, professores de 30 escolas da rede de ensino pública municipal, estadual, e algumas particulares situadas no entorno da área de intervenção e outras 07 entidades públicas e comunitárias;
- realização de 32 Oficinas de Educação Ambiental junto a 900 professores da rede, que não participarem do curso, e 60 profissionais - lideranças comunitárias nas 37 instituições envolvidas, o órgão executor/ DERMU, a CAIXA, e a participação de engenheiros, assistentes sociais, profissionais administrativos e trabalhadores da obra;
- Elaboração de um Projeto Ambiental Integrado de Intervenção na Escola, por cada participante do curso, para compor as Agendas 21 da sua escola e sua instituição de trabalho;
- Assessoria à implantação de Agendas Ambientais "Agenda 21 da Escola", fruto das ações desenvolvidas neste Projeto de Educação Ambiental, as quais se alinham às ações de elaboração da Agenda 21 em andamento no município, estando previsto o acompanhamento deste trabalho até o final do ano letivo e encerramento do Projeto com divulgação no âmbito municipal das ações desenvolvidas por meio de uma amostra de todos os trabalhos com a participação das entidades envolvidas;
- Ciclo de Palestras e debates junto aos alunos, aos pais e comunidade em geral, privilegiando os temas ambientais vinculados ao cotidiano dos moradores, o impacto do empreendimento e a ação de cada cidadão no meio onde vive, estando prevista a continuidade deste trabalho até final do ano letivo;
- Realização de um Seminário de encerramento do curso "Educar para a Sustentabilidade", realizado junto à Universidade Católica de Goiás, aberto à população em geral, com a participação por meio de palestras proferidas por professores da Universidade Federal; técnica da CAIXA; Secretário de Planejamento Municipal (área responsável pela implantação da Agenda 21 de Goiânia); e Presidente do DERMU;
- Eventos culturais / educativos para a inauguração de cada etapa da obra, como marco inicial de uso pela população, tendo para sua realização a presença da comunidade e de todas as parcerias formais e informais;

- Articulação junto à Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura, encarregada da Política Municipal de Habitação, no sentido de solucionar a questão do assentamento das famílias a serem removidas da área, garantindo-lhes o direito à moradia digna, já tendo sido destinadas até o momento 215 famílias da área e entorno às novas moradias, dentre as famílias que necessitam serem removidas;
- A proposta de trabalho social contempla ações junto às famílias objeto de remoção, contendo acompanhamento social antes e após a mudança, o que está sendo realizado e em processo de intensificação por meio de parcerias com outros órgãos públicos.

A atuação da CAIXA no Trabalho Técnico Social

Nesta experiência, para garantir a qualidade do curso a ser ministrado junto aos multiplicadores/reeditores de Educação Ambiental, elaboramos no âmbito da CAIXA, junto aos técnicos do agente executor, um Termo de Referência, indicando o referencial, as premissas, as bases epistemológicas e os objetivos do curso, privilegiando a metodologia dos PCN's, relativo ao Tema Transversal Meio Ambiente. Tal instrumento visou nortear as propostas que foram licitadas, apresentadas por profissionais e/ou empresas interessadas em executar o Projeto e direcionar o trabalho a ser desenvolvido. É objetivo garantir a utilização dos recursos públicos alocados para a execução de Projetos junto à população, de forma responsável, com vista a resultados efetivos.

A metodologia que utilizamos no planejamento das práticas desenvolvidas tem como premissa a integração das Políticas Públicas de Desenvolvimento Urbano com as de Meio Ambiente e Educação. Assim, incentivamos a articulação dos contatos, reuniões e encaminhamentos para um trabalho em parceria, envolvendo a autarquia executora da obra, por meio de sua equipe de assistentes sociais, responsáveis técnicas pelo projeto, com as Secretarias de Educação Estadual e Municipal.

O trabalho do profissional da área técnica social da CAIXA tem se ampliado na medida da sua inserção na consecução dos Programas e na busca de parcerias, alinhada às ações gerenciais da área de Desenvolvimento Urbano da instituição. Neste sentido trabalhamos enquanto facilitadores da integração dos diferentes órgãos da Prefeitura e entidades, para a junção de esforços. Identificamos os objetivos comuns entre os parceiros a se constituírem, norteados o trabalho a ser realizado.

No Projeto Social descrito a CAIXA, além de repassadora de recursos financeiros do Governo Federal, é também parceira na assessoria e condução dos Projetos. Uniram-se em um ou mais momentos, diferentes áreas do Setor Público: o DERMU, onde se vincula a equipe técnica social, que tem como objetivo o trabalho sócio educativo junto à comunidade alvo do PDU; as Secretarias Municipal e Estadual de Educação, com o objetivo de implementação de ações de Educação Ambiental; a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que tem a atividade educativa enquanto objetivo; a Secretaria de Planejamento Municipal com a disseminação da metodologia e das ações da Agenda 21 do Município de Goiânia.

Dessa forma busca-se obter os elementos necessários para uma prática com resultados positivos, cabendo a cada um dos parceiros citados, respectivamente: Os recursos financeiros para implementação de um Projeto de Educação Ambiental e o rigor na seleção de instrutores de notória competência nas temáticas; a rede de professores e toda a comunidade escolar; e o apoio para a continuidade das ações a serem implementadas após a realização das propostas contidas no Projeto vinculado ao PDU.

A equipe técnica da CAIXA direciona o processo de integração das equipes de projetos co-localizados, que possuem pontos de congruência em locais da área de intervenção, executados por outros setores das esferas municipal e estadual. No caso em questão existe um Projeto de remoção de famílias de áreas de risco, financiado pelo Programa Habitar Brasil BID, em intersecção com a Avenida Leste Oeste, também com repasse de recursos pela CAIXA. Solicitamos a apresentação de projetos integrados das equipes dos diferentes órgãos responsáveis, para o desenvolvimento de ações junto à população beneficiária de ambos Programas. Tais articulações permitem maior abrangência e efetividade das ações junto a comunidade e concorrem para a otimização de resultados e a maximização de recursos.

Para o desenvolvimento do trabalho são buscados outros parceiros pela equipe técnica social da Prefeitura. Nesta prática, participam: a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a Agência Ambiental Estadual; o IBAMA – Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis, onde estão previstas ações de apoio e acompanhamento, buscando garantir que as ações continuem após a saída dos técnicos contratados para o Projeto. Também é o caso das Secretarias de Educação Estadual e Municipal, que darão continuidade e acompanhamento das ações nas escolas, finda a assessoria do Projeto de Educação Ambiental, proporcionada pelo Programa, além do reconhecimento institucional do curso, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação e registrado por meio da certificação dos seus participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Às ações relatadas, soma-se enquanto estratégia para a prática de Projetos de Educação Ambiental, o indispensável trabalho dos meios de comunicação social. Este instrumento pode ser eficaz na formação de novas atitudes do consumidor; na disseminação da informação, na formação de opiniões e na divulgação das experiências desenvolvidas.

No contexto da aplicação dos recursos da União, a prática da Educação Ambiental ocupa uma posição de destaque, contribuindo para o desenvolvimento comunitário, sendo que,

"...Resta, assim, mais que nunca o exercício da cidadania, da consciência pública e da cobrança aos mandatários e representantes populares, para que tenha o cumprimento das legislações, dos planos de governo, promessas de campanha política e da aplicação dos recursos financeiros na busca do desenvolvimento econômico, urbano e social" (Prado Filho, 2002).

É irrelevante registrar que as ações expostas não acontecem com a naturalidade desejada, e menos ainda com o apoio de todos os gestores envolvidos. É resultado de um intenso e comprometido trabalho de persuasão, de um trabalho em rede, onde cada parte de uma ação é precedida de planejamento, de esforços concentrados, de estratégias elaboradas para a busca do apoio e comprometimento dos que definem o processo decisório. Em suma é o pleno exercício da parceria com todos os benefícios e dificultadores que lhe é inerente.

Tendo em vista que a construção da consciência ambiental da comunidade, que passa também pela formação de multiplicadores em Educação Ambiental, é um dos requisitos para a construção da Agenda 21 do Município, torna-se de grande responsabilidade a atuação dos agentes e técnicos responsáveis pela implementação dos PDU's, neste momento de construção de um Projeto de Educação Ambiental pautado na participação irrestrita de todos os segmentos sociais interessados.

O Planejamento das ações, o envolvimento das parcerias incluindo a comunidade tornam-se elementos imprescindíveis para o alcance de resultados efetivos. Conforme afirma Vieira:

"No contexto das cidades os problemas ambientais se avolumam num complexo processo de transformações do cenário urbano. Diante desta realidade, corrigir as distorções ocasionadas por este processo, atenuar e prevenir os riscos sócio ambientais decorrentes perpassa pelo desafio de se promover ações que estimulem a consciência ambiental, pautadas no intenso e contínuo trabalho de educação."(VIEIRA, 2002).

É importante ressaltar que, em todas as práticas, a realização de ações de Educação Ambiental poderá ter resultados efetivos na promoção da participação da população na gestão ambiental e na formação da consciência ambiental na medida do entendimento e do compromisso dos profissionais que estiverem à frente do processo, sem desconsiderar as implicações das externalidades que o envolve, muitas vezes fatores políticos e culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. JACOBI, Pedro. Meio ambiente e educação para a cidadania: O que está em jogo nas grandes cidades? In: SANTOS, José Eduardo; SATO, Michele (orgs). A contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora. São Carlos: Rima, 2001.
2. LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p133-44.
3. MININNI-MEDINA, N.& SANTOS, E.C. Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
4. MININNI-MEDINA N. Antecedentes Históricos: Conferências Internacionais: Conferência Rio-92. In: LEITE, A.L.T.de A; MININNI-MEDINA N. Educação Ambiental. Documentos e Legislação da Educação Ambiental. 2ed. Brasília: MMA, 2001, 5v.

5. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sef/sef/pcn.shtm> . Acesso em 02 de jan de 2004.
6. MMA. Doc de Referência. Disp.em <http://www.mec.gov.br/se/educacaoambiental/tbilis01.shtm> Acesso em 02 de jan 2004.
7. PRADO FILHO, Omar Borges. O Orçamento da União, o Planejamento Urbano e o Estatuto da Cidade: Artigo apresentado ao Departamento de Ciências Sociais em atendimento parcial às exigências para a obtenção do título de especialista em Políticas Públicas – UFG, Goiânia: Agosto/2002.
8. VIEIRA, Jane Eyre G. Educação Ambiental: Uma proposta de participação comunitária junto aos Programas de Desenvolvimento Urbano. In: 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Rio de Janeiro: Cortez, 2001.
9. VIEIRA, Jane Eyre G. Educação para a sustentabilidade: Um pressuposto da participação comunitária na gestão ambiental nas cidades. In: Serviço Social e Sociedade. Ano XXIII, nº 72, São Paulo: Cortez, 2002.